

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MACHADO , Helena Vitória dos Santos . Helena Vitória dos Santos Machado (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Helena Vitória dos Santos Machado
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Porto Alegre - RS - Brasil;

Data: 01/12/2006

Duração: 2h 0min

Arquivo digital - vídeo: 2; Minidisc: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por ser uma das principais referências do movimento negro no Sul do país.

Temas: Movimento negro;

Sumário

Entrevista: 01.12.2006

Parte 1: Origens familiares; primeiros estudos; detalhes sobre os pais - Claro Conceição Machado e Marion dos Santos; comentários sobre o irmão, Voltaire; trajetória na faculdade de arquitetura entre 1964 e 1970; comentários sobre o Clube do Chá - local de encontro da burguesia negra do Rio Grande do Sul - e a relação com os frequentadores do Clube; entrada no Grupo Palmares em 1971 e sua trajetória até o fim da década de 1970: participação ativa no processo de construção do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra; atuação em eventos comemorativos e de divulgação, matérias de jornais como *Tição*, *Zero Hora*, *O Estado de São Paulo*, *Folha*; entrada no Movimento Negro Unificado (MNU) em 1979; comentários sobre o emprego em um escritório de arquitetura em Santa Catarina e em 1975 na Prefeitura, na Secretaria de Obras; fim do jornal *Tição* e saída da entrevistada do MNU na década de 1980.

Parte 2: Reflexões sobre as propostas do MNU e uma burocratização gradual do Movimento; comparações entre o Grupo Palmares, o MNU e as ações realizadas pela entrevistada atualmente; observações sobre o trabalho realizado no jornal *Tição*; convite para participar como militante do movimento negro, de ações governamentais, em 1986; contribuições para a criação da I Semana do Negro e, posteriormente, para a Assessoria do Negro; importância da saída da entrevistada da Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov) e sua entrada na Cultura para trabalhar em uma só direção: a questão negra; detalhes sobre o trabalho específico da entrevistada na prefeitura; militância no Partido dos Trabalhadores (PT); o papel no núcleo dos professores de Porto Alegre para discutir a questão negra; comparações entre a cidade de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul em relação à questão negra; observações sobre o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene); a criação da Assessoria do Negro, atual Assessoria de Políticas Públicas para o Povo Negro, em 1992, na prefeitura de Tarso Genro; a realização da Semana da Consciência Negra (Secon) pela Assessoria de Políticas Públicas para o Povo Negro; problemas com a Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov) que resultaram na saída da entrevistada; a sua passagem pelo Mercado Público seguida pela entrada na Cultura; recordações sobre o Mercado e o trabalho com o Bará (um orixá); papel da entrevistada na Ação Cultural Kuenda, um projeto com comunidades do interior do Rio Grande do Sul: trabalhos no município de Rio Pardo desde a década de 90, no Quilombo de Rincão dos Negros, trabalhos na cidade de Areal através de órgãos públicos como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Trabalho a partir de 2000; detalhes sobre o Quilombo de Rincão dos Negros e suas festividades, como a festa de Nossa Senhora da Conceição no dia 8 de Dezembro, a prática do quicumbi (dança de origem africana) e a comemoração do 13 de Maio; avaliações sobre a trajetória da entrevistada desde o início da militância em movimentos, da busca pela intervenção; opiniões sobre as políticas públicas em relação aos quilombolas; relevância da lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas; projeto atual: trabalhar com jongo; comentários sobre um trabalho com jongo com o grupo Coisapreta; lembranças da infância e dos primeiros contatos musicais; reflexões sobre o papel do movimento negro

na sociedade.

Entrevista: 01.12.2006

Amilcar Pereira – Helena, como a gente já tinha conversado antes, no início dessa entrevista o que nos interessa de um modo geral para que a gente possa conhecer e registrar é o início da sua trajetória mesmo, desde a infância: onde você nasce, quando você nasce, seus pais, enfim, como era o início da sua trajetória na infância, primeira escola, sua vida escolar...

Helena Machado – Bueno, em Porto Alegre em 1943.

A.P. – Que dia?

H.M. – 9 de agosto. Na Santa Casa de Misericórdia. E isso já tem um significado importantíssimo para mim, é uma referência até hoje. Porque além de ser o único hospital que dava acesso às parturientes pobres, hoje a Santa Casa abriga até um museu, ou um centro de pesquisa, não sei bem o nome, sobre a questão de um cemitério de filhos de escravos que funcionou muito tempo ali. Então em função disso, eles receberam uma grande documentação sobre a escravidão, que ficou ali. E hoje eles estão organizando e vai se tornar um centro de pesquisa e essas informações vão para o público depois. Bueno, nascida nesse hospital, e super esperada, a infância foi muito feliz, eu era muito querida por todos. Eu tinha dois irmãos, dez e onze anos mais velhos que eu, e eles queriam muito uma mulher. E eu que vim, como é que se diz, contentá-los com meu aparecimento ali. Minha infância foi uma infância... Nós morávamos e eu nasci num bairro classe média baixa, que é a Glória, na época era. Mas o lugar que nós fomos na Glória já era um rua de classe média. Por quê? Porque o meu pai era gráfico e conhecia jornalistas do *Correio do Povo*, tinha uma relação muito forte com esses jornalistas. E um deles disse: “Já que tu estas agora com mais uma filha, vai lá para casa, vai lá para a Glória que nos fundos eu tenho uma casa.” E foi lá que eu fiquei até os 11 anos. A vizinhança toda de classe média e eu me relacionando e estudando até essa idade em colégio particular, de freiras, então achando que o mundo era aquilo ali, maravilhoso, todos se davam bem. Natal era tudo junto, os vizinhos brancos, parecia um paraíso, mas por quê? Porque eles me relacionavam com a família do jornalista muito e porque se estabeleceu uma relação interessante ali. É claro que tinha casos de recusa, de

racismo, de preconceito, tinha. Mas não eram importantes. E a minha família sempre colocou, quando eles apareciam: “É assim.” E teve até uma ocasião que o pai disse, eu tinha uns oito anos: “Olha, eu acho que tu não deves ir nesse Natal, na festa dos fulanos aí, porque acho que não cabe, não é bom, tu não vais se sentir bem lá. É um patamar acima do que tu estas acostumada, que é aqui na nossa rua. Até aqui está bom.” Quando eu tinha 11 anos o meu pai, que era operário gráfico, conseguiu um financiamento para adquirir um terreno nesta mesma rua, só que numa parte baixa dessa rua. O que acontece nas partes baixas? Tinha um riacho, era uma zona mais pobre. Onde nós morávamos era uma zona alta dessa rua, que se chama Madre Ana. E nós fomos morar numa casa que ele construiu através do financiamento do Instituto dos Industriários. E ele fez uma troca, porque era para nós morarmos no IAPI, e ele propôs uma troca. Então ele arcou com o material da casa e o IAPI comprou o terreno. E aí então mudou a minha vida, porque aí eu passei a conviver com uma vizinhança do nosso mesmo nível. Só que minha mãe, dona Marion dos Santos, era filha de um francês com uma negrona lavadeira maravilhosa, Joana, que era o reza forte da família na época. Eram só os três: esse jornalista, ela e a mãe, o casal e a mãe. Então a Marion estudava piano, bons colégios, morava no Centro, e tinha uma casa tipo de pensão, onde vinham estudantes de medicina e moravam ali. Então a Joana cozinhava, organizava tudo e minha mãe ficava solta estudando, brincando. E havia uma certa discordância ali, e ficou aparente isso até no temperamento da minha mãe. O pai era jornalista, queria que ela brincasse, lesse, estudasse piano, enfim, voltada para o conhecimento, para o lazer e tal. E a mãe dizia: “Não. Eu estou com essa pensão...” Não era uma pensão reconhecida como tal, era um lugar em que moravam três filhos de médicos que eram conhecidos do meu avô, esse Juvenal Mendisco.

A.P. – E o nome do seu pai?

H.M. – Claro Conceição Machado.

A.P. – Ele era o quê?

H.M. – Operário gráfico. Ele era linotipista, uma daquelas profissões que vão sendo descartadas. Eu não sei o que te interessa daí. Mas aí houve uma mudança, porque eu

fui para uma região ou para uma zona da Glória onde moravam pessoas de baixo poder aquisitivo. E a gente tinha uma situação assim: a gente ia a cinema, a teatro, mal, pouco mas ia. Não era assim tranqüilo, mas sempre isso caía no orçamento. Tinha um plano em que o orçamento abrangia isso. Pela formação da mãe, porque a mãe aos 15 anos conheceu o pai lá no IAI, estava fazendo essa escola normal na época, e se apaixonaram, quis casar. Meus avós disseram: “Não tem que casar. Vai estudar.” Ela tentou se matar e aí casou. E houve uma tentativa.

A.P. – Sua mãe era mestiça, filha de um francês com uma negra. E seu pai era branco?

H.M. – Não. Negro, filho de dois negros que são de uma personalidade incrível. Eu não conheci nenhum avô, infelizmente. Nômades no interior do Alegrete e dados a bebida, um casal assim, e tinham os filhos e davam para os donos de estâncias. O meu pai foi criado como neguinho de estância no interior do Alegrete. E ele conta várias passagens assim, de um racismo acirrado. Ele era criado quase como um escravinho. Tem uma passagem interessante, que o pessoal normalmente gosta quando eu conto: ele trabalhava a semana inteira, “o neguinho faz aquilo...” trabalhava dia e noite. Chegava no domingo à tarde... Ele me contou: era um verão escaldante, eles sentaram na varanda toda lajeada, e tinha uma parte da varanda que dava sol. Aí a dona da fazenda cuspiu na laje e disse assim: “Neguinho, quando secar esse cuspe tu podes voltar. Agora é tua folga.” E isso meu pai dizia quando a gente fazia corpo mole para as coisas: “Não quero trabalhar, estou cansada.” Aí ele contava essas histórias verídicas, vivências dele. E ele era um cidadão do mundo. Meu pai, meu Deus, ele era operário, mas ele estudou o segundo grau sozinho, estudava alemão, conversava com o Herbert Caro, que era o responsável pelo cultural alemão. Eu tenho até hoje os dicionários de alemão. Ele estudava a língua a fone e ia lá. Nós temos os discos que ele estudava, e era do comunista, era do PC. Então conhecia todos esses nomes proeminentes aí na política que eram do PC, ele era amigo ou então conhecido. Então a nossa casa tinha esses dois lados, o pai que era o cidadão do mundo, que abria a casa para todo mundo, e estava interessado em conhecer pessoas novas, e a mãe na retranca. A minha mãe tinha o temperamento desse meu avô, esse tal francês que ficava só em casa lendo e escrevendo. E esses opostos se atraíram e funcionou a coisa, tanto dos velhos, meus avós como da mãe. Mas eram opostos mesmo. E aí eu passei a estudar em colégio

público por quê? Porque o pai sendo materialista eu comecei a querer... Eu cantava no coral da igreja, adorava aquela história de estar com as freiras, porque tinha a hora do coral, de cantar. Não interessa que música era, eu ia lá e cantava. Até que chegou um dia e eu disse: “Eu quero fazer a comunhão. Quero botar um vestido.” Aí a mãe só olhou para o pai assim e ele disse: “Vamos fazer o seguinte, tu pode fazer como eu. Mas tu não podes confessar.” Eu disse: “Não, confessar eu não quero.” Para quê... Aí já criei a primeira celeuma na escola. Não podia fazer primeira comunhão sem se confessar. Aí o pai explicava o que era a confissão, por que isso não tem sentido. E tinha as provas de religião. Isso eu tinha 9 anos, por aí.

A.P. – Qual era o nome da escola?

H.M. – Escola Normal Nossa Senhora da Glória. Eu nem sei qual é o nome hoje. Eles diziam “as afilhadas dos burros”. Não sei por que tinha esse nome nem por que eu estou te dizendo, mas é porque agregou: “escola das afilhadas dos burros”. Devia ser fraco, mas não era tanto assim. Tanto que eu estudei bastante inglês, francês, latim, lá eu tenho boas recordações na área de humanas. Bom, eu ia te contar o negócio da comunhão. Eu disse: “como nós vamos sair dessa?” No fim não houve a comunhão. Mas em seguida ele foi chamado na escola. E ele nunca tinha sido chamado, nada. “Mas o que houve? O que andaste fazendo na escola?” Eu disse: “Eu não fiz nada.” Aí ele chegou lá com a madre superiora: “O senhor olha essa prova de religião da Helena.” Meu pai disse: “É, está interessante até. Ela se deu ao trabalho, pesquisou...” Ela disse: “O senhor está brincando conosco. Ela está contestando o triunvirato. Não pode contestar a Santíssima Trindade. A Santíssima Trindade é para ser aceita e não contestada. A pergunta é objetiva, não é descritiva.” Bom, resultado: aí eu saí do colégio. Porque nós já estávamos nos mudando, já tínhamos planos de sair dali daquela região.

A.P. – Isso era na parte classe média, antes de ir para o IAPI?

H.M. – Nós não fomos para o IAPI, fomos para a mesma rua. É interessante, porque isso acontece com muita frequência, tu tens uma rua longa, aqui tem um riacho e uma grande avenida, a avenida Oscar Pereira. E eu morava nessa parte alta aqui. Daqui para cá... as partes altas da cidade são sempre ocupadas pelos bem nascidos, por motivos

óbvios: terrenos mais altos... E nem tinha saída essa rua Madre Ana para cá. E eu achava aquilo maravilhoso, a gente descia lá e brincava no riacho. Tinha um pontilhão: carros não passavam, só pessoas. Eu tenho belas recordações dessa área, muito verde. Até hoje é tombado essa área aqui, é área de preservação, área verde. E nós morávamos aqui do lado do riacho. Por que eu estou te mostrando? Daqui para cá já eram casinhas de madeira, o pessoal mais pobre. E o pai chegou lá já oferecendo os préstimos dele. A primeira coisa que ele disse: “Eu tenho uma filha de 11 anos, ela tem uma bola de vôlei. Vocês querendo, podem fazer um time.” Pronto já ficou: “seu Claro...” Claro era o nome dele, isso já é outra coisa interessante.

A.P. – Negão.

H.M. – A minha madrinha, o nome dela era Branca.

A.P. – Era irmã dele?

H.M. – Não. Amigos. Ele era o Claro, ela era a Branca, mas todos negros que se puxavam. Nos domingos, quando se encontravam, ou ela vinha, mas “nos trinquês” mesmo, eu admirava aquilo, todos bem vestidos.

A.P. – Eles frequentavam algum clube de negros?

H.M. – Eu ia te contar: o Marcílio Dias. Clube náutico, que eu ouvi, numa entrevista, o Oliveira dizer que de náutico não tem nada. Meu pai era remador, nós temos fotos, tem medalhas com ele remando. O Marcílio Dias perdeu uma ilha para o Grêmio. A ilha é do Grêmio agora. Os clubes negros, tu sabes qual é o destino da grande maioria. Mas eu quero te contar isso aqui: ele é Claro, todos contemporâneos, então é interessante isso, botarem esses nomes: Claro Conceição Machado, Branca. E a outra amiga, mas essa era retinta, daquelas que o beijo não é grosso, ele revira assim, Morena. Amicíssima da família: “Porque a Morena, eu vou na Branca...” E elas moravam no Centro também, Riachuelo, por ali. Até hoje o Centro também não é... Ele teve um período em que algumas ruas que eram mais da elite, era mais para a Independência assim.

E aí a coisa começou a pegar, a questão da raça, e eu já fui para o Colégio Inácio Montanha, depois fui para o Julinho, aí fiz todo o científico no Júlio de Castilhos e depois fiz vestibular e as coisas foram indo.

A.P. – Mas antes, lá na família, o seu pai tinha uma consciência social, era comunista, mas em relação à questão racial, como ele discutia? Ele, Claro, fazia alguma reflexão sobre o nome, sobre essas questões, a amiga Branca...?

H.M. – Nada. Quando eu fiz 15, 16 anos assim, começaram uns caras a ir lá em casa assim, a querer rondar... Naquele tempo era tudo muito lento, ele vinha lá na beira do muro, depois uma coisa para chegar na porta e entrar. E o pai só disse assim para mim: “Nem muito preto nem branco. Tem que ser um como nós assim.” E isso ele sempre repetiu. Quando eu entrei na faculdade eu tive um amicíssimo, que era comunista e que foi lá em casa porque queria conhecer o pai. E o pai disse: “Olha, vocês foram vistos no Centro juntos.” Eu disse: “Sim. Nós fomos no cinema.” “Pois é, mas eu não sei. Tu pensa bem.” Ele nunca dizia não, ele só deixava aquelas interrogações. Mas antes nunca, nem para os irmãos.

A.P. – Esse amigo comunista era negro?

H.M. – Não. Era branco. Aí que ele não disse “não vai, não anda...”. Ele só disse: “Tem essa questão, tem que ser da nossa cor. Nem muito preto nem branco.” Que tu acha?

A.P. – Aí chega no Júlio de Castilhos, porque você sai dessa escola da Nossa Senhora e vai direto para o Júlio, não? Tem uma outra escola aí no meio.

H.M. – Inácio Montanha. Que é o segundo grau. Ou eu sou desmemoriada, esses dias eu estava dizendo para as minhas sobrinhas netas, lá para as crianças...

A.P. – Estou achando o contrário.

H.M. – Não. Deixa eu te dizer, aí tem os detalhes. Eu disse: “Como é que durante todo esse período da minha vida, a juventude, eu não me lembro de ter passado caso de

racismo, de ter sofrido?” Quando eu entrei na faculdade sim. Aí foi um horror! Mas nem no Júlio de Castilhos. E todas amigas brancas. Mas também porque não tinha muitos negros, não tinha. Era muito raro. E depois, na faculdade, antes de mim só o meu irmão. Porque um dos meus irmãos foi arquiteto. Ele tinha uma inteligência excepcional, ele era quase um gênio. Então ele marcou época na faculdade. Mas ele, para entrar, na época dele, que era 10 anos mais velho que eu, tinha o tal do exame oral, que para nós já não tinha. E na banca do exame oral, tinha que passar com uma nota “x” para entrar, um professor deu três décimos a menos e disse em alto e bom som para ele: “Eu vou te dar três décimos a menos porque o lugar de vocês é carnaval, é samba e não aqui.” O percurso do meu irmão na faculdade... É claro que depois ele fez de novo e entrou, ele conseguiu entrar mais tarde, no outro ano. O percurso dele dentro da escola foi marcado por isso porque ele praticamente não frequentava. Ele adotou a boemia, vivia na rua, jogava, bebia. E o pai achando que ele estava estudando, porque ele era excepcional. De vez em quando ele vinha para casa e fazia um trabalho maravilhoso e eu ficava embevecida vendo ele trabalhar com aqueles desenhos, aqueles projetos e tudo. E ele passava com louvor porque inovava, ele propunha coisas diferentes. Até que um dia eu ouço o pai dizendo para a mãe: “Eu descobri um furo na nossa educação. O Voltaire não vai à aula. Ele praticamente não vai. Passa às vezes dois meses sem ir. Porque eu falei com o Demétrio Ribeiro.” O Demétrio Ribeiro, além de comunista, era um grande arquiteto professor emérito nosso. Meu ele não foi mais. Mas ele encontrava o Demétrio nas lides partidárias lá e ele perguntou: “Como é que está o meu guri lá?” O Demétrio disse: “Olha, o teu guri aparece pouco, mas quando ele aparece dá de dez a zero e não precisa voltar. Só volta no fim do ano.” Para quê? Meu pai não achou muita graça nem interessante. Mas o Voltaire – o nome dele era Voltaire – carregou toda a vida dele isso, sem explicitar. E só depois, muito tempo depois, que eu vim a entender esse temperamento do Voltaire. O apelido dele era Dom Casmurro. Só por isso você já imagina que perfil era de pessoa. Mas era um cara criativo, interessante, inteligente, um cara querido.

A.P. – Se formou?

H.M. – Se formou. Tem fotos da família lá e tudo. Depois, quando eu entrei na faculdade, na mesma escola, os mesmos veteranos, os antigos estavam lá e diziam:

“Essa é irmã do Voltaire.” Eu não precisava ter nome. Porque já tinha tido o Voltaire, melhor do que ele não ia ser. E era negra. Então era a “irmã do Voltaire”. E isso foi barra para mim. Bom, a faculdade toda foi muito barra para mim. Mas eu encontrei na militância acadêmica, política, na militância e nos acampamentos que se fazia, uma turma muito legal, que a gente foi quase todo o curso juntos, mas brancos.

A.P. – Mas vamos focar um pouco nessa parte aí: Você entra quando na universidade?

H.M. – Tem que fazer a conta. Eu saí em 70. Fiz em seis anos.

A.P. – 64. Você entra em pleno Golpe.

H.M. – É.

A.P. – Então você entrou em 64 na universidade e pelo que eu entendi você vai focar mais por uma militância política. Vai compor com esse grupo de alunos, vai pensar mais questões políticas...

H.M. – Porque eram os malvistas, as pessoas malvistas na faculdade, porque eram irreverentes, porque eram diferentes, era aquela turminha mais à frente que sempre tem nas escolas. Eu não conseguia me juntar aos normais que estudavam.

A.P. – E você mulher e negra ou havia outras mulheres?

H.M. – Havia outras mulheres, que são amigas até hoje, e são amigos eles também. Isso foi uma coisa muito legal.

A.P. – Você falou que na faculdade sofreu muito.

H.M. – Mas só o fato de eu ser vista sempre como a irmã do Voltaire, não pelos colegas exatamente, mas pelo conjunto, aquele contexto da faculdade – como é que diz? – não admitia, não me aceitava na real. Fora esses amigos, porque esses amigos eu não fiz nem no primeiro nem no segundo ano. Porque eu fiquei seis anos lá, repeti um ano.

Então eu fui amechando e firmando essas amizades no decorrer do curso, tanto que são amigos até hoje. Eu conversava muito com o porteiro, eu conversava com a mulher da biblioteca, que tinha uma negra lá, assim. E depois estudando, estudando... Aí, quando eu saí, um ano depois é que eu fui convidada para uma atividade do Grupo Palmares. Mas eu não participei, eles já estavam com essa ideia constituída. E eu achei assim: “Que interessante!” Eu já tinha ouvido falar do Décio Freitas, no trabalho dele. E aí eu achei interessante o trabalho sobre *Palmares, a guerra dos escravos*, e aí eu fui.

A.P. – Mas antes de chegar no Grupo Palmares, antes de você aceitar o convite, pensa comigo: você entrou em 64, 68, 69, você tem uma série de coisas acontecendo o mundo e referentes à questão racial: nos Estados Unidos os movimentos pelos direitos civis, na África as lutas de libertação, enfim você tem outras coisas acontecendo pelo Brasil...

H.M. – Chegavam, se comentava, mas não tinha militância. Nessa época não tinha essa consciência. E nem quando eu entrei nesse grupo do Oliveira. Eu entrei por curiosidade, não por convicção.

A.P. – Mas você ouvia Martin Luther King...?

H.M. – Claro, sem dúvida.

A.P. – E como é que isso batia na época?

H.M. – Como uma coisa distante. Batia como uma coisa fora da minha realidade. Dizia: “Bah, mas lá a coisa está pegando mesmo.” Por isso que eu digo que esse período eu não tenho muita lembrança das minhas reações, de como é que a minha mente trabalhava isso. Gostaria de ter mais presente isso. Mas eu sei que não me atingia assim, não vivenciava isso em nenhum meio em que eu estava. Era como uma notícia a mais, um dado a mais.

A.P. – Aí você aceita o convite. Como é feito esse convite? Quem te convida? Como você chega até essa pessoa que te convida?

H.M. – Formalmente. O Oliveira tinha uma listinha, como eu digo, dos “dez mais”. Aquela coisa. Eu fui madrinha de casamento do Oliveira. Porque a esposa, a Julieta, dele estava na minha aula na Júlio de Castilhos. Era da minha aula.

A.P. – Ela era da sua turma?

H.M. – Isso. Da minha turma no científico.

A.P. – Porque lá a gente não fala “aula”, fala “turma”.

H.M. – Isso. Então ela era da minha turma. E a gente não fechava em quase nada, mas era amiga. Ela inventou que nós tínhamos que ser amigas. Ela começou a ir na minha casa. E a mãe sempre dizia: “Eles são ricos e nós somos pobres. Tu vai lá mas não convida eles para virem aqui. Não só a Julieta como outros.” Na época da faculdade isso era a norma. Outra que era amiga e que gostava de ir lá em casa era a filha do escritor Josué Guimarães, a Marília também era amiga, era da aula também numa época. E eu sempre tinha esse alerta.

A.P. – Não havia outras mulheres negras no Júlio de Castilhos, ou havia?

H.M. – Não. Pouquíssimas. Que eu me lembre éramos só Julieta e eu. Senão a gente teria...

A.P. – Você falou que ela resolveu ser tua amiga...

H.M. – Por uma questão de temperamento. Porque eu não era de buscar amizades. Eu sou mais do jeito do Dom Casmurro, do Juvenal Mendisco, da Marion. A gente não pode nem avaliar bem isso. Mas quem era de fazer assim: “venham” era meu pai. Meu pai é que estava aberto para o mundo. Tinha fé para ir, um dia chegaram uns caras lá e a minha disse: “Mais o que é isso?” “Não, é que eu convidei eles para fazermos uma discussão aqui...” Tudo ele tinha uma curiosidade para saber. Depois os caras não iam mais lá, mas ele soube o que era, ele tinha que discutir.

Então eu fui sendo amiga da Julieta e tinha um tal do Clube do Chá, acho que o Oliveira te falou. Aqui em Porto Alegre, os “hits” negros se curtiam e mantinham a relação também através também de encontros onde eles faziam roupas especiais – acho que isso no Rio e São Paulo, no resto do Brasil também, acontecia. Uma pretensa burguesia negra, e bota “pretensa” nisso. E se reuniam no tal do Clube do Chá. Então ela queria me catequizar para eu ir. E eu nunca fui no Clube do Chá. E ela namorava o Oliveira, depois, bem no fim. E eu conheci o Oliveira através dela.

A.P. – Isso antes de 71, antes do Palmares?

H.M. – Antes.

A.P. – E aí, por conta desse conhecimento, dessa relação pessoal, você é convidada.

H.M. – Sim. Eu fui convidada porque estava na listinha dele, embora não fosse do Clube do Chá. E aí ele mandou esse convite lá para casa.

A.P. – E você aceitou.

H.M. – Eu fiquei curiosa. Eu te disse, não foi uma questão de convicção. Eu podia simplesmente não ir. Não é questão de aceitar, porque eu ia assistir uma palestra, uma atividade, sei lá, não era comemoração, um encontro desse pessoal, sobre esse tema e onde ia ter palestra. Então eu fiquei curiosa. E daí achei muito interessante e comecei a... Quando eu te referi... agora eu estou refletindo no que eu te disse que eu sofri na época da faculdade, porque na verdade não era o meu lugar. Eu sentia que aquela turma... e ali naquela turma eu colocava os pingos nos “is”, porque aparecia assim: “Oh neguinha...” os comentários estereotipados que eles repetiam sempre, sem querer me atingir me atingiam e eu colocava. E como eu já estava entrando para o Palmares, eu começava a ler mais a respeito e começava a fazer discursos em pleno acampamento. Às vezes eu ficava emburrada, aí pegava o carro e saía. Tem passagens assim. Então na verdade, o tal do sofrimento era um sofrimento mudo, assim silencioso, porque eu via aqueles amigos na minha família, que era a Branca, a Morena... os amigos do meu pai eram todos negros e da minha mãe também e eu estava num meio que não tinha nada a

ver. Não é bem assim, mas são as contingências da vida, não é? Não tinha a ver realmente se eu conseguisse me enxergar como tal, como negra, filha de negros. Então por que as amizades não refletiam também essa...?

A.P. – Tem uma coisa que eu tenho visto pelo Brasil, e é uma coisa que é muito interessante, que é o seguinte: vários depoentes têm um momento emblemático ou algo que os remete a uma consciência racial, a se ver como negro, e constituir uma identidade como negro. Tem algumas histórias interessantíssimas. Você percebe em algum momento na sua trajetória, saindo da faculdade e começando a frequentar o Grupo Palmares, há algum momento que você considere assim: “Aquilo ali foi marcante para a minha construção com negra.”?

H.M. – Momento pontual, não. Foi trajetória. Esse foi um momento importante. A entrada no Palmares foi realmente importante. Embora eu faça uma crítica ao nosso trabalho no Palmares, e tanto que a gente terminou saindo, mas a gente ficou uns dez anos ali. Na verdade nossa visão hoje tem perspectivas bem diferenciadas entre o trabalho que o Oliveira faz e o que a gente faz. Mas infelizmente eu tenho que reconhecer que foi através disso aí... Infelizmente, eu estou blefando... Foi através dessa minha entrada no Grupo Palmares que... não é que despertou, é que eu comecei a construção desse quebra-cabeça, que é interior. E isso eu não consigo largar nunca mais, a gente não consegue. Eu tenho uma grande amiga, a Marisa Silva, acho que tu conheces também... A Marisa tinha que estar aqui. A Marisa é algo mais, ela é uma das grandes pensadoras, é uma das grandes cabeças aqui em Porto Alegre, talvez no Rio Grande do Sul. E foi a minha mentora intelectual. Hoje a gente até tem uma boa discussão discordando de algumas coisas, mas a gente continua trabalhando juntas. E ela também foi do Grupo Palmares. Anita Abad tu já ouvistes falar? O Cortes tu já entrevistastes?

A.P. – Daqui do Sul não.

H.M. – Mas então, a gente não se...

A.P. – Sobre essa construção da sua identidade que se dá na trajetória no Grupo Palmares.

H.M. – Na trajetória no Palmares. E aí o mundo começa a apresentar as suas modificações: os grandes movimentos sociais, as greves, etc. e o MNU aparece nesse bojo. E o MNU para mim veio responder. Havia aquela preocupação, aquele reconhecimento. Essa época do Palmares foi de constatação e reconhecimento. Conhecimento basicamente. Aí quando surgiu o MNU eu fiquei... Quando eu li a carta do MNU e conheci os princípios do MNU, eu disse: “Mas é isso que tem que ser feito no Brasil!” Aí eu consegui, a gente se relacionou com eles, eu comecei a ir nos congressos. E aí eu já estava no Tição, eu já tinha saído também... As coisas meio que se imbricam, eu estava saindo do Palmares também.

A.P. – Mas antes de chegar no MNU – eu vou chegar lá e é muito importante essa passagem pelo MNU –, você diz no seu currículo que participa ativamente desse processo de construção do 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, como data emblemática para o movimento negro, e você vai logo na primeira atividade do Grupo Palmares em 71 e se engaja em 72, e começa a se...

H.M. – Não era a primeira exatamente. Eles já tinham feito reuniões. Eu acho que era a primeira atividade pública. Eu acho que sim.

A.P. – E como é essa construção do 20 de Novembro, como você vê isso, essa construção do 20 de Novembro como dia de luta, dia da consciência negra?

H.M. – A minha participação, à época, foi com toda a força, com toda a convicção, eu comecei a ler e a conhecer a proposta histórica, porque é um trabalho de revisão histórica, quase, não é?

A.P. – Quase não, literalmente.

H.M. – É, hoje já se tem uma outra... É porque as coisas não são tão estáticas, não é? Porque a revisão... Eu sei que eu estou falando para uma pessoa que eu não deveria nem

dizer isso, mas até a própria princesa Isabel já tem aí um outro perfil proposto. Não sei o quanto é embuste ou não. Mas isso é que eu quero dizer, estão sempre aparecendo novas versões, nada é assim tão estático.

A.P. – Com certeza.

H.M. – E foi muito bom. Essa época foi muito boa sim. Porque eu não tinha participado da construção de eventos ainda. Então a necessidade de divulgar isso, de colocar, de publicitar, de fazer isso ferver no meio negro, do pessoal começar a entender. E isso tudo me emocionou muito, me motivou e eu participei. Só que isso foi dando os frutos. Eu comecei a ter contato também com a população de base, as populações de vilas¹ assim, as comunidades mais carentes. Eu comecei a ter mais contato e a fazer esse paralelo: como é que eles viam essa coisa do 13 e como é que eles viam o Palmares, a república de Palmares, o fato de ter existido por quase cem anos uma república livre dentro dum Brasil que era colônia? Primeiro que para entender isso tem que conhecer, tem que ter contato com a história, com os fatos históricos.

A.P. – Vocês faziam esse trabalho nas comunidades?

H.M. – Não fazíamos. E isso é um dos motivos pelos quais a gente não permaneceu mais. Porque de certa forma era elitizante esse trabalho de divulgação, de formação, de capacitação dos negros sobre a questão histórica. Ficou uma coisa, meio que nos ufanando em cima de um fato sem uma discussão mais aberta da própria história. E isso começou a ficar fechado. Então as críticas que porventura vinham dos próprios historiadores, não se admitia. E normalmente o que o Oliveira dizia: “É isso sim. Eu também acho. Sim, sim, sim.” Até o momento em que, dado essa proximidade com comunidades de uma outra inserção social, eu comecei a ver que a coisa não era bem assim. Primeiro que a necessidade não era criar um herói, porque essa história de criação de heróis é do sistema. Quem precisa de heróis é o sistema. Os nossos heróis existem e vão continuar existindo, são coletivos. O trabalho desses heróis tem um suporte coletivo que não aparece. E é isso que nós tínhamos que fazer. Nós tínhamos que ter feito isso. E não fazíamos, não conseguíamos, não enxergávamos. Eu só ficava

¹ Vila em Porto Alegre é o termo equivalente à favela no Rio de Janeiro.

naquela ansiedade porque aquilo ali se esgota em si mesmo. E a outra questão é que o 13 de Maio não pode ser negado como um fato histórico. E ele tem que ser colocado dentro de um processo. Assim como o 20.

E a gente, as pessoas do Grupo eram meio preguiçosas. O Oliveira é que tomava a frente, ele que expunha mais, e realmente ele detém um conhecimento sobre essa proposta, sobre esse processo, ele tem uma convicção incrível sobre isso. E a gente já começou a relativizar. Não que a gente vá negar. Isso tudo aí tem sentido, tem valor, tinha que acontecer. Mas e daí para frente?

Quando eu estava na prefeitura e propuseram aqui o feriado, e foi uma briga, tanto que aqui não é feriado, houve perda, e o próprio PT trabalhou favoravelmente para que fosse feriado, os aliados todos de outros setores, políticos e tal. E eu não conseguia me entusiasmar. E as pessoas diziam: “Mas tu vê, não é feriado aqui. E agora tu viste o que eles conseguiram? Que barbaridade!” Por quê? Porque tem outras coisas mais importantes e eu não posso trabalhar tudo... Eu acho que até é isso, mas eu quero fazer outra coisa. E aí era no fim da década de 70 para 80, que aí estava entrando o MNU. Aí eu entrei no MNU com mala, bagagem, sacola, cabeça, tudo. MNU!

A.P. – Antes do MNU. Do que mais você participou? Porque antes do MNU ou junto do MNU, tem o Tição.

H.M. – Dos eventos comemorativos, eventos de divulgação, de elucidação, de marcar o 20, de marcar... A gente produzia, até cartazes eu desenhei.

A.P. – Matérias de jornal?

H.M. – Isso.

A.P. – Vocês publicam no *Zero Hora* um conjunto...

H.M. – Uma entrevista grande.

A.P. – Como é que você vê isso, por exemplo? O *Zero Hora* se sensibiliza e publica uma série de sete páginas, se eu não me engano, sobre a questão.

H.M. – E essa nota vai depois para *O Estado de São Paulo* ou para a *Folha*. O Oliveira não falou isso? O Oliveira sabe isso de trás para frente. Por isso que eu não...

A.P. – Como você acha que há essa sensibilização?

H.M. – Mas não é uma sensibilização no senso comum, tu entendes? Não é uma sensibilização... de operária, não. Não era uma sensibilização continuamente trabalhada no meio negro. Nós não éramos representativos, eu, o Oliveira, não sei quem, nós não éramos representativos do negro em Porto Alegre. Não éramos! E onde estão as massas negras de Porto Alegre? Não querem nem saber se o Zumbi foi decapitado, o que aconteceu, tu entendes? Eles querem saber de outras coisas. A gente pode até chegar e conversar isso, mas aí tem que ter todo um cursinho pré-vestibular antes, nosso com eles. E aí depois eu comecei a fazer isso. Eu não me sentia à vontade. Até hoje eu não me sinto à vontade... O Edílson é um que me critica. Tu conheces o Edílson também?

A.P. – Da UFRGS?

H.M. – É. Ele me critica porque a gente teve um trabalho junto, um curso aí na prefeitura que eu disse para ele: “O curso é isso? Eu já vou fazer outra coisa.” Ele disse: “Não, mas não pode.” Ele tem de investir num determinado setor dos negros. Isso aí para mim deu. Era aquilo, era como se fosse o Clube do Chá. Era aquilo ali.

A.P. – Mas você levava essas suas inquietações?

H.M. – Mas não dava em nada, porque umas pessoas diziam: “Mas eu não quero saber de política. Isso aí é política.” Porque aí também a gente já emendava todo um discurso contra a ditadura, contra... Tu tens que ter uma visão conjuntural para te posicionares. Isso é o mínimo. Se não tu fica sempre enclausurado. Não sei agora o que tu queres.

A.P. – Chegamos agora ao MNU. Como é que chegam a Porto Alegre as notícias sobre o MNU? Você assiste o ato de 7 de julho? Participar, não participa, não é?

H.M. – Não. Mas os congressos todos dessa época, eu fui.

A.P. – De 79?

H.M. – Eu ia nos congressos e trazia inclusive para a matéria do *Tiçã*o. Então o *Tiçã*o foi o canal que nos fez colocar o MNU na roda em Porto Alegre.

A.P. – Como você tomou conhecimento desse momento de surgimento do MNU. Porque depois, tudo bem, o *Tiçã*o é o veículo e tal. Mas antes, no momento que precede o MNU, você tem contato com as entidades em São Paulo que estão começando a se organizar?

H.M. – Não. Foi através do MNU, e a notícia chegou ao *Tiçã*o. E a gente deu uma discutida e eu engrossei o caldo e já me dispus a ir e a fazer essa ponte. E aí começamos a criar os grupos aqui do MNU. E a incentivar, e a colocar na roda todos aqueles princípios e aquelas normativas que por fim se tornaram excessivas e foi o que estrangulou o MNU no Rio Grande do Sul. Aquelas exigências de estatuto, de ata, de relatório, com uma frequência impossível de ser cumprida. E a gente negociando com o pessoal lá de cima. Nisso foi um ano, dois, três, quatro. No início foi uma maravilha, que nem...

A.P. – Mas o que te seduz no MNU? Você falou que foi e tal...

H.M. – A proposta sindicalista. Tanto que em uma discussão que eu tive com o pessoal do PT, eu defendia que era um movimento sindical. De tal forma ele estava vinculado organicamente, tanto os militantes em São Paulo – basicamente em São Paulo e Minas também – eram do movimento sindical, eram sindicalistas. E eles levaram essa força, essa visão para dentro do MNU. E é isso que me...

A.P. – A discussão de raça e classe que ele trazia, essa questão social...?

H.M. – Não é tanto a discussão como a ação. A ação e os fatos que vão acontecendo. Porque a gente ainda estava num regime totalitário. Então os fatos vão se sucedendo e são fatos que você tem que dar uma resposta a altura e contextualizada. E que não é a resposta de um grupinho, é a resposta de negros, mas que tem essa visão do conjunto dos movimentos sociais. Isso eu achei muito importante, muito importante. Tanto que até hoje eu tenho contato com o pessoal e eu não consigo não ouvi-los. A gente tem fraternas discussões agora com a revista que eles querem fazer. Eu já tenho uma posição, já conversamos e tal. E não se trata nem um pouquinho de pretensão, mas de não conseguir enxergar como eles. Acho que não é esse o canal. A gente agora tem muito bem definido o canal que é possível trabalhar, que dá frutos e que é muito longo, mas é esse, que é “instrumentalizar” a grande maioria dos negros que não tem acesso. E que nem podem ler um estatuto, não têm acesso à informação, à educação, a nada. Então esse trabalho com os quilombolas é importante por isso. De resto a gente trabalha também com o pessoal quilombola dos quilombos urbanos. Mas é uma coisa que a gente está com uma experiência menor. Depois a gente vai entrar. Eu trabalhei nisso na prefeitura. Mas especialmente a questão dos negros no campo, dos quilombos é uma coisa que... O meu irmão dizia uma coisa... Quando eu entrei, não sei se foi para o MNU, não, foi para o Oliveira, para o Grupo Palmares. Aí eu contei para ele: “Está acontecendo isso assim, o que tu acha? Tu não quer...?”

A.P. – Para o Voltaire?

H.M. – Para o Voltaire. Foi antes do almoço. Ele sentado na sala esperando o almoço, ele jogando aquele joguinho de xadrez que tu acomoda no braço da poltrona, ele e o livro de xadrez, ele jogava sozinho com o livro. Eu disse: “Tu viu Voltaire? Não sei o que...” E ele aqui quieto, virou para mim e disse assim: “O índio no Brasil já foi dizimado. Não me fala mais em questão de índio. São espíritos. E o negro vai pelo mesmo caminho. Nós estamos sendo dizimados. Nós não temos como sustar essa dizimação que é por vários meios, que não é a dizimação só da mortandade da juventude negra, dos guetos negros, da violência como tal, bem declarada, não. É uma outra dizimação, que é psicológica também.” Bá! Aí eu fiquei assim... Nunca esqueci daquilo. E ele não queria saber, claro. Eu disse: “É comodista também.”

A.P. – Sua trajetória profissional, para a gente voltar um pouquinho antes dos quilombos. Você se forma e aí? Começa a trabalhar como arquiteta?

H.M. – Eu começo a fazer umas investidas para não precisar trabalhar em órgão público. Eu entrei em 75 na prefeitura. Antes disso eu trabalhei em Santa Catarina um pouco, em escritório de arquitetura. Aqui eu tinha uma parceria com aquelas mesmas pessoas que acampavam, que faziam movimento estudantil, uma parte delas foi para um escritório que a gente montou e isso durou uns oito anos por aí, não sei mais. E terminou que não havia como tu te manteres, já na época, em 74, o mercado não absorvia. A não ser que tu fosses ultra-bem nascido, que tu tivesses um relacionamento familiar de amizades que te proporcionasse clientes para tu fazeres projetos. Estava recém começando essa discussão de uma arquitetura popular, arquitetura para a maioria, ou projetos populares. Isso aí na época era a boca pequena dentro da escola, e dentro dos círculos não se fazia. Se fazia em São Paulo e, no Rio, já se fazia isso. E eu me inteirava bastante disso, e aí resolvi: “Eu vou trabalhar num órgão público.” E aí, eu e uma amiga arquiteta entramos por uma seleção de currículos, não foi concurso, e fomos selecionadas. Mandamos currículo para a prefeitura e fomos selecionadas. Aí eu fiquei na Secretaria de Obras 17 anos. E nesse tempo aconteceram todas essas mudanças. Saí do MNU, o *Tiçã* parou, parei com o MNU, comecei com a música aqui, isso já foi na década de 80.

A.P. – Quando você sai do MNU especificamente?

H.M. – Eu posso dar uma paradinha para pegar um lenço?

[FINAL DO DISCO 1]

A.P. – Voltando, então.

H.M. – Na verdade, o surgimento do MNU ou a chegada da notícia de um movimento com essas características, beirando o sindical – para mim já era um movimento sindicalista o MNU –, pessoalmente veio responder diretamente aquele descontentamento, até esgotamento daquele tipo de atividade, do tipo de proposta que

se fazia no Grupo Palmares, que era de discutir a questão do negro no Brasil. Mesmo que essa discussão fosse com palestra, fosse com um público diferenciado, em lugares públicos, com imprensa, não importa: era discussão! E o momento do próprio país não era mais de discussão. O momento era de ação, de propostas concretas para uma ação. E o direcionamento dessa ação para as camadas menos privilegiadas ou para onde realmente está a maioria dos negros, que é onde todos nós sabemos, isso veio ao encontro do que eu pensava, do que eu queria na época. Então eu e mais uma série de companheiros aqui no Rio Grande do Sul nos lançamos a construir esse MNU. O que acontece? Para ser mais breve, o MNU, à medida que ele crescia nacionalmente, que ele conquistava mais núcleos em diversos estados pela proposta, porque a proposta estava muito adequada à realidade do Brasil no momento, a medida que isso se expandia, ele também se institucionalizava, ele criava normas, regras, tais como o estatuto: é importantíssimo que tenha o estatuto regional, que tenham relatórios mensais, que eu me lembro, enfim, era uma série de normativas: como deve proceder o núcleo em relação à formação do núcleo e à parte administrativa, a parte financeira do MNU era muito bem regida, tinha uma série de normas, tinha que haver contribuição. E evidente que a maioria dos negros não tinha condição de contribuir com o MNU, de nenhuma forma com dinheiro, que era a questão, tinha que ter um dinheiro “x” no fim de tantos meses. Isso não conseguíamos. E isso aos poucos foi se “agudizando”, a existência de normas de uma forma excessiva foi se “agudizando” e foi nos mostrando as limitações. Porque o pessoal também ficava rígido nisso aí. Quando havia os encontros nacionais, eles giravam em torno dessas cobranças. Trabalhava-se politicamente, mas ficava um encontro de dois, três dias... Ora, para tu sair do teu estado, ficar esse tempo todo, mesmo com uma certa cobertura que havia, com custos baixos, tem que haver um saldo muito positivo da proposta da discussão política geral e em relação aos estados. E dessa forma, sendo estruturado com normas mais rígidas, ele estava correndo o risco de se tornar um movimento federativo, uma coisa diferente do que realmente necessitava a população negra.

A.P. – Isso é até um certo contrassenso em relação ao que te leva para o MNU, que é a ação. Essa burocratização acaba, em certa medida, esvaziando a ação. O que vocês fizeram...?

H.M. – Mas tem uma questão: como o MNU era muito amplo, ele tinha esse setor da burocratização, mas tinha um setor que fazia uma discussão política e aí, partidária também, mas para o final da minha participação. Aí realmente a coisa ficou muito séria. Porque as discordâncias começaram a aparecer e a se aprofundar. E o pessoal se identificava com um determinado partido, por razões de “identidade na formação, na proposta, na sociedade que nós queremos.” Mas não é essa sociedade que nós achamos que tem que ser. Por quê? Porque esse partido, nas suas origens não resolveu, na atualidade não tem uma visão correta e clara do que é a questão negra no Brasil, e no fim nós estamos entrando como “massa de manobra” de novo. E aí surgiram candidatos... Acho que teu pai já te falou desse período, não é? Foi uma coisa assim nacional violenta. E isso foi um outro motivo também que a gente... e depois teve os motivos aqui, estaduais, para não dizer só de Porto Alegre, que era a questão da absorção pelos militantes. Porque, normalmente, o militante que vinha para o MNU tinha uma militância político-partidária. Que, aliás, eu também tinha, eu também estava ingressando num partido político. E em muitas ocasiões eu era acusada de levar as posições do partido para dentro do MNU. Nem cabe aqui dizer se era verdade ou não. Não é essa a questão. A questão é que nós, como conjunto – não vou me tirar disso –, não poderíamos ter “aberto flanco” para a questão partidária de maneira nenhuma. Mas eu estava falando dos militantes que vinham para o MNU, as pessoas que vinham participar, não eram militantes ainda: os futuros militantes acreditavam no sistema. Eles não tinham uma leitura da questão negra criando uma alternativa para a sua solução, para o seu encaminhamento, não é solução, para o seu encaminhamento no Brasil: vamos construir uma alternativa nossa. Não quero dizer um partido negro, mas uma alternativa política baseada na nossa realidade, na condição de vida da maioria, construída sem pressa. “Ah, mas o ano eleitoral é o ano que vem...” Sempre tem uma questão para a gente entrar a reboque. E esses militantes, esses participantes, copiavam esses vícios do sistema. Então as traições... e tudo fica como se a ação política... o Reginaldo é maravilhoso para isso, porque ele tem um discurso, ele faz dez páginas e consegue em todas as páginas usar termos da militância político-partidária ainda. Ele ainda faz isso. Eu acho uma obra-prima, porque eu até já esqueci daquela terminologia. Mas eu era tão contra aquilo, que foi um racha no Rio Grande do Sul também. Tinha grupos do interior que vinham, muitas vezes a gente perdia pessoas por causa disso, por causa dessas brigas. Tinha o “grupão”, que era o nosso, tinha o Lima Barreto... porque

esse “grupão” também tinha saído de resto do Grupo Palmares. Então era o “grupão” do MNU. E era “grupão” porque tinha pessoas de diferentes origens do movimento e tal. E tinha o Lima Barreto, e tinha grupo de Canoas, e tinha de Eldorado e tinha do interior. Então os que vinham mais de fora, que tinham menos contato com essa papelada toda, porque era um manancial de papel, de relato, de informe... Meu Deus do céu! Até para reproduzir isso, ficava uma coisa extremamente difícil para articular uma reunião. E aí nós fomos sempre recuando: do Palmares a gente recuou. Saiu, mas não foi uma saída assim: “Não vamos mais participar do Grupo.” Não. Foi: “Não posso agora não.” Aí foi esfriando, foi uma coisa que foi esfriando, porque a gente também era amigo do Oliveira: eu, Marisa, o Luiz Mário, o Ilton, éramos amigos do Oliveira e somos até hoje. Então não houve essa coisa assim. E em relação ao MNU, acho que também se esgotou por falta de diálogo.

A.P. – Mas e as ações? Fora as discussões, porque hoje você tem uma inserção absolutamente diferente do Grupo Palmares, a questão é ir à massa e fazer esse trabalho lá na periferia, na comunidade rural e tal. A possibilidade de fazer esse trabalho de ação que o MNU propõe no seu discurso, na sua carta de princípios, estatuto, enfim, isso te atrai para o MNU. Além dessas discussões, há alguma ação, por exemplo, de fazer coisas semelhantes ao que você faz hoje, de levar essas discussões para a massa, de chegar à periferia?

H.M. – Não. Muito pouco. Acho que se fez uma ou duas vezes, mas aí em eventos comemorativos, datas notáveis, que também não é por aí. Porque todo esse trabalho, tanto o do Palmares quanto o do MNU, nos ensinou que tu não tens como fazer um trabalho se tu não tiver continuidade. Até pode ter a festividade do 20, pode ter o dia disso ou daquilo, pode ter, não tem problema. Desde que essas datas sejam resultado de um trabalho horizontal que tu vem fazendo e não de reuniões. Porque nós ficávamos em reuniões e respondendo a papelada. Era um horror, porque tu tinha que prestar conta de relatórios. E tinha congressos anuais e as reuniões da executiva eram a cada dois meses ou a cada três meses, uma coisa horrível para eles, para nós, para todo mundo.

A.P. – A sua inquietação permanece no MNU, durante o período que você está lá?

H.M. – Sim. No período final terminou por a gente se afastar.

A.P. – Esse conjunto de materiais que vocês produziram: *Tiçã*o, etc., chegava até as comunidades mais periféricas, até as vilas?

H.M. – Vilas, creio que não. Porque também o *Tiçã*o tinha o seu campo de ação numa camada, que eram professores, que eram funcionários públicos... Numa escola de samba a gente não levou, não lembro de ter levado, e era uma coisa interessante ter sido feita. Acho que algumas escolas receberam, mas aí por iniciativa pessoal de cada militante, não era uma política. Essa é a questão: o *Tiçã*o não tinha uma política de fazer a revista para uma população, privilegiar uma população. O último número do *Tiçã*o, que foi um jornal, se propunha a isso. Porque aí já tinha vindo as nuvens do MNU, tinham baixado felizmente, se transformou em jornal, que eu e o Oliveira brigamos uma reunião inteira, porque o Oliveira não queria jornal. E eu achava que o jornal, à época – e certamente estava equivocada –, poderia ser vendido mais barato, poderia ter um acesso, uma divulgação mais fácil e chegar com mais facilidade a mais gente, por ser jornal. Mas era uma coisa muito da minha cabeça. Teve gente que apoiou: “tudo bem”, se fez o jornal. Mas o Oliveira não queria que saísse naquele formato. Ele tem lá as suas razões, claro. Mas o *Tiçã*o não cumpria esse papel de levar seu produto para todas as camadas porque não era a sua política. Então era assim: tinha o lançamento da revista e aí tinham os clubes, tinha os grupos negros amigos, vinculados aquele trabalho, não saía muito do âmbito. Tanto que não é muito conhecida a revista. E foi uma iniciativa importante.

A.P. – Estou vendo aqui no seu currículo que você desde 75 está na prefeitura, fica 17 anos na prefeitura e em 86, 88, você é convocada para participar, como militante do movimento negro, de ações governamentais. Como é que funciona isso?

H.M. – Porque aí eu já tinha, digamos assim, um reconhecimento, porque eu falava também no trabalho disso e convidava as pessoas para todas essas ações, todos esses grupos, o ambiente de trabalho, o órgão público ficava sabedor, meus colegas sabiam de tudo isso. Quando o prefeito Colares assumiu essa questão, da forma como ele achou correta, e promoveu a semana, ele deu carta branca para uma pessoa, que era esposa

dele naquela época – que ainda é –, e a Neuza tinha bons contatos na Smed² com pessoas negras que sabiam que seria possível fazer essa semana, que foi a I Semana do Negro. É isso que tu está falando?

A.P. – Isso.

H.M. – Seria possível se o gabinete bancasse isso administrativamente, financeiramente e compondo com pessoas da comunidade que tivessem algum trabalho que justificasse isso, que tivesse estrada para fazer isso. Então eles convidaram várias pessoas para fazer um colegiado, e eu dei força inclusive, e a mim para coordenar esse conjunto de pessoas. Mas era um trabalho “bomba”. Porque essas pessoas que foram convidadas eram expoentes, cada um com a sua ideia do fosse “semana do negro”, do que fosse o “negro”, um porque queria fazer escultura, o outro porque queria fazer dança, outro porque queria fazer um jornal... E não conseguiam fechar. Tanto que esse núcleo, esse colegiado que eram umas 12 pessoas terminou em 5, e porque eu pedi para o prefeito, porque eu precisava das condições mínimas para realizar aquilo. O que era na época? Um carro, um telefone e mais um funcionário ou funcionária para trabalhar. Porque eu saía a pernear e a pessoa fazia o administrativo ali. O interessante para o surgimento dessa semana não é isso, não é a iniciativa, que certamente o prefeito foi convencido pelos seus assessores a atender essas demandas que a comunidade estava tendo. A comunidade que fazia todo o tipo de expressão artística em Porto Alegre, era dança, era música, era pintura, estava muito descontente porque não tinha espaço. Os espaços tinham se fechado como nunca naquele período. Eles precisavam, e nada melhor do que na semana fazer um leque de ações que não só mostrava o trabalho dessas pessoas como discutia isso. E foi o que foi feito. Então foi um período assim... O paralelo que eu faço, porque eu vim a trabalhar na Semana do Negro depois, mais lá adiante, quando estava na Assessoria do Negro, depois que foi criada a Assessoria do Negro, o que é interessante...

A.P. – Quando foi criada a Assessoria do Negro?

² Smed: Secretaria Municipal de Educação

H.M. – O que é interessante de falar, é que essa minha saída da Smov³ para a Cultura – porque quem fez isso foi a Cultura, a Semana – foi mais uma alavanca para eu sempre trabalhar em uma direção só, seja no trabalho, seja no movimento, a questão é uma só, é defender uma posição só. E essa experiência da Semana do Negro foi super importante. Depois teve a outra vez, que aí eu disse: “Bom, agora eu vou trabalhar só com a questão negra então.” E aí fui para a Assessoria. É claro que teve uns incidentes aí de desgaste interno da prefeitura, mas isso é uma história...

A.P. – Tenho duas perguntas: uma é mais para a gente registrar mesmo, antes dessa virada em 86, da Semana, o seu trabalho específico na prefeitura qual era?

H.M. – Projeto e obra de arquitetura. Divisão de Prédios. Então eu estava numa divisão que tratava com todos os pontos municipais, construção, reforma, manutenção, e aí pegava toda a parte de operariado, operários de obra civil, a parte de elétrica, tudo isso pegava porque era em prédios diferentes. Tinha que... Porque eu fiquei um ano como diretora. Quando o PT assumiu, eles fizeram uma eleição. E aí eu fui eleita para ficar diretora na Divisão de Prédios. O que aconteceu? Eu formei um colegiado que começou a pegar força. E esse colegiado tinha operários da iluminação, tinha operários da construção, tinha representantes de todos os setores. E duas vezes por semana eles tinham que ir lá, a gente sentava num mesão, eu não tinha mesa, era um mesão grande e um quadro que era uma parede inteira. E ali a gente analisava: “Bom, se está assim, então a proposta é essa para o mês que vem tem que fazer isso...” E começamos aí, eu e mais dois engenheiros basicamente, que tínhamos lá, que víamos coisas que a gente não gostava na prefeitura. Uma delas era o operário bêbado perder não só os dias de trabalho, mas no fim perdia o seu vínculo. E aí a gente fez uma ponte com a Secretaria de Saúde. Enfim, a gente começou a mudar as relações lá dentro, chamava a família. Adivinha a etnia desses funcionários que bebiam. Porque eu tinha que lidar diretamente, ia até na casa das pessoas para falar com a família. E os engenheiros começaram a se irritar, porque formação de engenheiro civil é assim: ele é o dono da obra e dos operários. Ele coordena os operários, ele manda, ele não conversa. E eles começaram a se irritar, e não durou um ano, acho que uns dez meses. E aí já estava o PT instalado, o secretário de Obras era do PT e ele nos chamou e nos deu um “xixi” lá: “Vocês estão

³ Secretaria Municipal de Obras e Viação.

traindo as propostas...” Era um colega do Voltaire. Tanto que o cara até chorou. Ele levantou, fez um discurso e chorou. Aí eu fui para a Cultura. Aí eu fui para o Mercado Público trabalhar com a questão do patrimônio cultural, trabalhar com restauro. Mas tu fizestes uma pergunta que não tinha nada a ver com isso.

A.P. – A pergunta que eu queria fazer era justamente qual o partido que você foi militante, do PT?

H.M. – Do Partido dos Trabalhadores. Quando eu saí dos Direitos Humanos, porque a questão do negro foi sempre tratada dentro da Coordenação de Direitos Humanos, hoje Secretaria dos Direitos Humanos. Mas aí tem negros... Deixa só eu dizer isso rapidinho. Eu disse para os coordenadores, para os petistas convictos, coordenadores: “Eu só não rasguei a minha ficha do PT, porque o resto eu já não quero mais. Vocês estão por um fio.” Eu disse para eles. “Só tem a ficha agora para eu rasgar.” E eu dizia debochando. Na verdade não tinha mais condições. Mas eu fui militante de passar sábado e domingo nas vilas. Na época do MNU.

A.P. – Então é justamente na criação do PT.

H.M. – Exatamente.

A.P. – Você é fundadora do PT aqui em Porto Alegre?

H.M. – Não. Nada disso. Eu sou das militantes do início. Agora, a questão negra começou com o núcleo dos professores porque eles não tinham como montar um núcleo negro. Então o Clóvis de Oliveira, que é um professor, um comunista, uma pessoa muito querida, muito competente, que eu respeito demais; ele era coordenador do núcleo de professores. Hoje ele está no Cpers, no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. A gente discutia aquelas discussões de núcleo de partido. Acharmos que a discussão do negro vingou ali conosco. O meu papel no núcleo dos professores era só esse: eu informava o que se fazia, eles opinavam e assim foi indo. Mas até no congresso do PT em São Paulo eu fui e apresentei lá uma comunicação qualquer sobre a

questão negra em Porto Alegre. Mas a gente trabalhava aí. Mas nós paramos...? Eu tinha saído...

A.P. – Eu queria perguntar, porque acho que é importante, quando é fundada a primeira assessoria do negro ou conselho? Em que governo isso se dá aqui em Porto Alegre ou no Rio Grande do Sul? É primeiro na cidade, antes na cidade do que no estado?

H.M. – Deixa eu pensar. Sim. A cidade tem uma trajetória, tem um caminho muito bem construído – eu não quero dizer construído da forma correta –, sobre a questão negra. E o estado está a dever. Ele tem comissões, ele tem o Conselho, que é o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Codene, tem um outro nome, uma outra palavra, mas é isso, o Codene. Mas tem outras atribuições, não é um órgão, como eu vou te dizer, não tem um trabalho continuado, não é assim. É um Conselho em que as pessoas vão lá e se reúnem num certo período, trabalham de graça, pessoas da comunidade negra. E a Assessoria do Negro não, é um órgão. Hoje é Assessoria de Políticas Públicas para o Povo Negro. Ela iniciou em... Eu entrei já, deixa eu ver aqui... Eu entrei em 94, deve ter sido em 92. Nós passamos toda a década de 80 e tem outras coisas interessantes, mas não faz mal. E aí foi criada nessa época pelo prefeito Tarso Genro. E a comunidade indicava para o prefeito. Foi criado pelo prefeito, mas em função de uma pressão, de uma demanda da comunidade, que indicou acho que três nomes. Essa história toda dos detalhes, tu não me perguntas se foram dez, porque daqui a pouco vem o José Alves Bittencourt aqui e diz: “A companheira está equivocada. Foram dez.”. Ele sabe tudo, e é mais velho do que eu. É uma instituição hoje, ele já não é mais pessoa. Um outro momento a gente vai conversar sobre ele. Tu já ouviste falar sobre o Negro Lua do PT? Não sei se ainda é, mas era do PT.

Eu acredito que em 92 indicaram nomes e o prefeito escolhia lá um nome e tal. Só que não passava disso. Não tinha recurso, não tinha verba destinada, então o assessor tinha que pegar a bandejinha em cada projeto e ir lá: “Prefeito, eu tenho que fazer a festa da Oxum assim...” O prefeito dizia: “Quanto?” “Tanto.” “Não. Está muito caro.” Ele tinha que abaixar mais, então... Assim. Depois disso, foi criada a Coordenação de Direitos Humanos, que aí abrangia negros, mulheres, indígenas, portadores de... E depois a Secretaria, que é hoje que existe. E sempre assim, armando uma estrutura cada vez mais complexa. Mas parece que tem um pouco mais de recursos. Não mudou muito.

Acho até que com os convênios que a gente fazia por fora – por fora que eu digo, a gente buscava parcerias, porque eu trabalhava de técnica e tinha sempre o assessor. O Lua foi assessor, o Dilmair foi assessor, o Tales foi o último assessor antes de virar secretaria. Sempre homens. E uma vez o Miltão veio em Porto Alegre e me encontrou na Usina trabalhando com o Negão, esse que era o assessor. Ele conversou um pouquinho com o Negão e depois veio falar comigo com aquele jeitão dele: “Oh Helena, o que tu está fazendo aqui trabalhando com esse Negão? Sai daqui e vai fazer um outro trabalho. Tu pode fazer uma coisa melhor.” [riso] Miltão... Tu queria saber da Assessoria. Ela teve toda essa modificação. Hoje é Assessoria de Políticas Públicas para o Povo Negro. E é responsável, entre outras coisas, uma das responsabilidades centrais é fazer a Secon, Semana da Consciência Negra. E aí tem o material, depois eu vou te mostrar. A primeira Semana, uma coisa interessante, já que nós estamos falando de trabalho de assessoria, porque nós tínhamos que falar cada assunto desses mais detalhadamente, porque a questão do negro em comunidade se relacionando com o poder público é um capítulo a parte. Porque eu acompanhei todos esses anos, as dificuldades, o que é possível, o que não é. Mas nessa primeira Semana do Negro, que o pessoal trabalhou muito, de forma muito solidária, me lembrou muito Palmares e isso foi referido até nas atividades. E foram atividades de toda sorte. Eu tenho aqui a programação. Uma das coisas importantes, só para fechar o que eu estava te interrompendo, é que nós conseguimos fazer uma apresentação coordenada. Quer dizer, é um cartaz que tem a ver com a capa do relançamento da História do Negro e que tem a ver com o *folder*. Tudo feito por negros também. O pessoal trabalhou super bem. E tudo pago, a gente dividiu os recursos de forma a cobrir isso tudo.

A.P. – Esse é da I Semana do Negro de 86?

H.M. – Isso.

A.P. – Esse é o material que eu vou levar?

H.M. – Esse tu vais levar.

A.P. – Que beleza!

H.M. – É o programa, o livro, e aqui tem as pessoas que eu te disse: a Anita, o Luiz Mário, a Marisa e o Oliveira. Onde é que nós estávamos? 92?

A.P. – Já é assessoria, já é essa atividade...

H.M. – Em 86 foi a I Semana do Negro.

A.P. – Isso. E a gente já pulou para 92, porque é em 92 que se constitui a assessoria. No governo Tarso Genro, não é isso?

H.M. – Eu entrei em 94. Foi quando o Tarso entrou. Acho que foi por aí, em 92. Depois tu checa essas informações, porque estão sujeitas a chuvas e trovoadas. O que eu queria te dizer para tu entender como é que isso se processou aqui na minha cabeça, porque quando deu aquele quiproquó na Smov, que a gente fez o colegiado e aí não servia porque não estava atendendo aos interesses do Partido e tal, que nós estávamos mudando métodos e objetivos e estava atingindo o pessoal e não servia isso... Colocado esse impasse aí, vários funcionários saíram da Smov. E eu fui para a Cultura. Por quê? Porque entre eu ir para a Cultura e toda essa briga, eu já tinha trabalhado com o Mercado Público, com a manutenção, era conosco. Em todos os prédios públicos a manutenção era conosco. E era um caos! Ratos, mau cheiro, chuva, desorganização funcional... E tem uma arquiteta que trabalhava no planejamento que também estava na geladeira – nós estávamos ambas na geladeira, num andarzinho, numa sala, perdidas na Smov, nesse prédio da Secretaria. Aí nós combinamos assim: “Vamos pegar um Kombi, botar duas mesas de desenho...” Porque agora tem computador. No meu tempo era um mastodonte. Desmontamos as mesas de desenho, botamos na Kombi, negociamos com... A Associação dos Permissionários tem um gerente. Negociamos com o gerente que era o dono do Gambrino’s, era e deve ser até hoje, que um dos bares mais fortes do Mercado, e negociamos com ele. Ele arrumou uma sala no Mercado e nós ficamos lá estudando o Mercado. E dali que se formou a equipe que fez o projeto de restauro todo. Eu participei um pouco menos de ano no restauro também. Mas é isso que eu queria referir. E por que eu fui para o Mercado? Por que o Mercado me encantava? Quando eu estava na “geladeira” era trabalho, eu tinha as plantas do Mercado, tinha feito um

trabalho de levantamento, tinha contratado, tinha saído muito bom, perfeito um cadernão desse tamanho, maravilha. Mas até aí, “morreu neves”. Quando eu senti a possibilidade da gente trabalhar no restauro desse prédio, eu acho que foi o Bará essencialmente. Depois eu venho trabalhar com o Bará na Cultura.

A.P. – Bará? O nome dele é?

H.M. – Bará é uma entidade, um orixá. O Mercado é um quadrado com quatro entradas, e aqui está o rio. Nesse cruzamento, à época da construção, quem é que construiu? Os escravos. Foi assentado um Bará aqui.⁴ E a tradição oral traz isso, todas as batuqueiras⁵ que a gente conhece. E isso, só depois que eu vim a saber melhor. Mas o que o seu Claro fazia? Aqui, antes de ter aquele horror lá do Trensurb⁶, tinha um outro mercado que vendia frutas, um provisório, não era um prédio histórico, importante. E aqui tinha a banca do peixe. O que o seu Claro Machado fazia nos domingos? Bem cedo, comprar peixe, e eu ia junto sempre. E ele me mostrava a estação Idelfonso Pinto, que era com cobertura de cobre assim em curva depois, redondinha, que era o fim da linha dos trens que iam para a entrada de Porto Alegre, para o subúrbio. Ele me mostrava isso, a gente comprava peixe, e os amigos que ele encontrava aqui. Enquanto ele encontrava os amigos eu ia aqui e comprava uma coisinha, um brinquedo. Então o Mercado, como para o resto da população, para nós é uma referência não só de ancestralidade, mas como de: “Tu vai tomar um banho de energia positiva.” Tu podes só entrar, subir, dar uma caminhadinha ali, dar uma respirada, tu te sentes melhor. Negros lá. Tem o Bará do Mercado. Isso hoje já está no Museu de Porto Alegre, tem o projeto de tombamento como patrimônio imaterial da cidade. Que eu falei do Bará no Mercado?

A.P. – Da restauração. Você está saindo da Smov e montou um escritório lá no Mercado junto com a outra negra, e aí? Antes de ir para Cultura, porque rompeu, não é?

H.M. – Rompi com a Smov e fiquei no “ministério do ar”.

⁴ No centro do Mercado Público.

⁵ Batuqueira ou batuqueiro é uma forma pela qual são chamados os adeptos de religiões de matriz africana em Porto Alegre.

⁶ Trensurb é o nome da companhia de trens urbanos de Porto Alegre.

A.P. – Mas antes de romper você fez o Mercado, ou não?

H.M. – Não, depois. Foi com essa história da tal da eleição que a gente já sabia...

A.P. – Você falou do Bará porque você estava explicando o que te levou para o Mercado. Além do seu pai, tinha o Bará do Mercado. Acho que ficou bem entendido o que é o Bará, não é?

H.M. – O Bará é uma entidade que rege os caminhos e que é implantada normalmente em pontos estratégicos da cidade. Eles implantam sete Barás. E eles já sabem de seis aqui na cidade. Mas tem um que os batuqueiros não querem dizer, e alguns falam. Mas o Museu já tem trabalhos profissionais disso, levantamento histórico, antropológico, de entrevistas, tem as fitas lá no Museu, tudo isso, no momento que tu quiseres, tem. Agora, não foi tombado ainda. E esse tombamento de patrimônio imaterial da cidade, a normativa para isso, eu, quando eu saí do projeto do Mercado – para variar eu briguei –, eu fui para o Museu fazer isso.

A.P. – O tombamento?

H.M. – Não. O tombamento também, porque eu que contratava as pessoas que fizeram o trabalho do Bará ficaram comigo, eu que contratava, revisava tudo. Mas o Programa Municipal de Tombamento do Patrimônio Imaterial. Eu fui lá fazer isso. Mas nós paramos e eu quero ver o que te interessa disso aí.

A.P. – Até em função da questão do horário do Centro Cultural, tem duas coisas ainda que eu acho fundamentais: primeiro a sua experiência atual, essas inquietações que te tiraram do Palmares e te fizeram você ir para o MNU, você está concretizando com o seu trabalho agora. E aí depois disso eu queria ouvir um pouco sobre a música, sobre a sua experiência com a música, essa questão da identidade negra. Vamos à sua atuação hoje. O que exatamente você faz, qual é a sua intervenção e como é que você chega até isso?

H.M. – Nós trabalhamos no Kuenda, Ação Cultural Kuenda, que significa em língua africana, “andando, caminhando”. E tem esse nome, que foi dado pela Marisa Silva...

A.P. – Em qual língua africana?

H.M. – Não sabemos qual é a língua. É uma falha que nós estamos correndo atrás. Mas nós vimos no dicionário do Nei Lopes. É banto, porque foi naquele livro que ele tem várias no final. Bom, Andando, caminhando, por quê? Porque a Marisa também vem do Grupo Palmares. Então sai, faz a experiência, sai, faz a experiência, ela também andou pelo MNU. Quando a gente saiu desses grupos, do MNU e do Palmares, a gente achou que tinha que trabalhar naquilo que a gente achava que era certo, que era a mudança social: que não propunha o Grupo Palmares, que o MNU propunha, mas não conseguia. Então nós tínhamos que fazer uma proposta de mudança social à moda do Kuenda em Porto Alegre, uma coisinha pequena que as nossas pernas permitissem. Então se pensou num projeto para se trabalhar com várias comunidades no interior do Rio Grande do Sul, que se chama “Etnia e Território no Rio Grande do Sul: a reconciliação do negro com a sua história.” Sob esse nome a gente trabalha em Rio Pardo desde a década de 90. Em 89 a gente já ia para lá, às expensas nossas. É o Quilombo de Rincão dos Negros, que fica a 20 Km da cidade. O Areal a gente trabalha, trabalhou através dos órgãos públicos Seppir, esse outro que é o responsável pela regularização das terras, o Incra, Ministério do Trabalho... Eles todos têm uma política de subsidiar projetos, e a gente conseguiu trabalhar com eles de 2000 para cá. E a gente vem trabalhando em quê? Em oficinas de capacitação quilombola. Capacitação em quê? Primeiro sempre se trabalha com a realidade econômica e social do quilombo da região em que a gente vai trabalhar. Eles elencam quais as necessidades. No caso, no ano passado se fez, no Rincão dos Negros, produção de sabão artesanal. Então a gente contrata um agrônomo, e mais a nossa equipe, que são professores, historiador, nós duas, e a gente vai a campo faz todo o projeto com a planilha e o cronograma, e se propõe que se chegue a um núcleo de geração de renda, através disso que eles pediram: sabão, eles queriam sabão. Avicultura: trabalhou-se ano passado com avicultura ecológica ou avicultura não-agressiva ao meio ambiente. Também com um agrônomo. Os outros quilombos que foram parcerias com a Seppir ou com o Incra, aí o programa vinha mais direcionado para as questões sobre informação sobre legislação quilombola, a questão da posse da terra, regularização

fundiária, preparar tudo para que depois se abra um processo com o Inbra. Enfim, são vários aspectos, mas sempre oficinas. São trabalhos interativos, se produz material que depois fica com eles, se trabalha com fotos. E no Rincão, um dado importante que eu acho que é um quilombo emblemático, até em se falando de Brasil, porque eles têm lá uma devoção para uma santa, Nossa Senhora da Conceição, que é agora dia 8 de dezembro, e uma capelinha que é da época dos escravos. A cruz que está dentro, que é uma cruz enorme de madeira, foi plantada no local aonde os escravos ali iam para a missa. Dez, vinte anos depois, os brancos construíram do lado uma igreja só para eles, monumental, com duas torres, uma igreja enorme. E aquela capelinha minúscula, singular, que nós adoramos, e um pavilhão para as festas da Nossa Senhora, essa no dia 8, que eles passam a noite dançando, onde tinha a dança do quicumbi, um trabalho que a gente já fez de re-visitação dessa dança, quicumbi. Que é um alto popular que tem origem também na plantação, nas festas de colheita, como no resto do Brasil. Ela tem as mesmas características, mas tem algumas diferenças nas letras, nos toques, que são regionais. Então agora eles estão retomando o quicumbi, o que a gente considera um ganho importante deles. Um outro: constituíram uma associação. O nome da associação é o nome da dona das terras que doou para eles. Mas quem escolhe são eles. Uma coisa que um quilombola coloca como importante e que o movimento às vezes refuta: o 13 de Maio. Nós temos lá no Rincão dos Negros um alto popular onde um negro de projeção ali na área rural, conhecidíssimo, velho, cria uma encenação dramática do açoite e faz festa, cozinha porco, fica o dia inteiro, primeiro ele faz uma procissão com bandeiras, foguetes para o 13 de maio e depois ele encena para os netos e para as outras gerações saberem o que foi uma pequena parte do que era o sofrimento dos escravos. Então tu chegas lá com o discurso do 13 de Maio como falácia, “vamos agora substituí-lo pelo 20...” Jamais. Tu não podes fazer isso, tu terias que estudar com ele, trabalhar, compreender e fazer a adaptação da realidade. É uma coisa impressionante e maravilhosa. Lá no interior, que não é no mesmo lugar da igreja. Porque ele é um dissidente da festa da igreja.

A.P. – Por falar nisso, nessas comunidades têm escolas?

H.M. – É muito difícil o ensino. Muito difícil. Os adultos já são na maioria analfabetos. Estamos trabalhando com isso, e teve um programa de um ministério de Brasília que

doou computadores para essa comunidade, onde um sabe ler, um tem o segundo grau, que é o cara que é o contato, que tem mais formação. E as crianças têm uma escola que o que mora mais perto leva uma hora para chegar. E nem sempre ele tem carroça ou cavalo para levar. Isso a gente também está trabalhando com a prefeitura, que é uma dificuldade enorme. Por isso que agora nós fazemos assim: encontro dos quilombolas na cidade com o movimento negro. No ano passado nós fizemos quatro encontros, dentro do projeto que é subsidiado pela estatal. A gente encaixa, é aprovado e sai assim. Então agora já está tendo uma outra forma de se comportar, de entender e de enxergar primeiro o que é o quilombo lá dentro, na realidade, como eles vivem.

A.P. – Algum desses já foi titulado pelo Artigo 68?

H.M. – Em processo. O único titulado que tem... A autodenominação eles têm. O Ministério Público foi lá e isso eles têm. Está na primeira etapa do processo com o Inbra aqui. O único é o do Silva, que é o urbano. O Areal também se auto-assumiu como quilombo, mas também está com o processo em andamento. Estão fazendo os estudos antropológicos agora. O Areal é o da cidade, aqui pertinho.

A.P. – Eu fico ouvindo essas histórias... A avaliação que você faz, gostaria de ouvir de você em relação a todo esse processo: você começa a constituir essa identidade negra lá no Grupo Palmares, em 71, e vai construir toda uma trajetória de militância, de movimentos e de busca por intervenção. Qual a avaliação que você faz de todo esse processo de 71 para cá? Por que eu estou te perguntando isso? Porque hoje você tem subsídio governamental para ter esse tipo de intervenção. Você tem a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, que é uma demanda muito antiga, lá na década de 30 a Frente Negra já falava nisso, enfim, é outra história. Você tem ações afirmativas, políticas públicas focadas para promover a igualdade racial. Você tem uma série de coisas, uma série de conquistas importantes e ao mesmo tempo você tem uma série de coisas a realizar, para que essas conquistas se tornem mudança de vida para esses quilombolas e para a população negra em geral. Eu queria ouvir de você um balanço mesmo, uma avaliação dessa trajetória, tendo em vista essas conquistas e o que falta a ser feito. Como você vê essa tua trajetória e a trajetória desse movimento ao longo desses trinta e poucos anos que você está na batalha? É muito?

H.M. – Não. Tem duas questões que estão saltando aí para a gente dar uma pensada. Uma delas é as políticas públicas, podem ser estaduais, nacionais, as políticas dos órgãos públicos em relação à questão negra, e a gente fala aqui especificamente sobre os quilombos: são muito tímidas ainda. E eu vou te dar um exemplo: nós mandamos um projeto agora, e tivemos a notícia de que está aprovado. Antes de estar aprovado só falta finalizar alguma coisa lá. E como é que surgiu o projeto? A comunidade pediu verbalmente, eles foram num outro congresso e tiveram contato com a Seppir e solicitaram: “Nós precisamos de uma Kombi para escoar nossa produção. Nós não temos como levar os produtos de hortifrúti para a cidade, nós não temos como escoar o que a gente está fazendo de artesanato. Nós queremos uma Kombi.” A Seppir nos liga, sabendo que é o Kuenda que vem trabalhando há mais tempo lá no Rincão: “Então vocês façam um projeto. É claro que nós não vamos dar Kombi. É evidente.” Então tu tens que fazer as amarras, porque a gente fez um projeto onde a kombi era a parte material que ia viabilizar esse escoamento. Perfeito. Fizemos assim: capacitação para a carteira de motorista para dois, abastecimento por um ano para a Kombi, essas despesas todas do carro... Me ajuda aí.

A.P. – Peças?

H.M. – Não. Isso é manutenção.

A.P. – IPVA, emplacamento...

H.M. – Tudo que o projeto cobria. No último momento, depois do projeto pronto, eles telefonaram e disseram: “Não. Quem tem que pagar isso é a comunidade ou vocês.” Não chega a dez mil, mas oito mil vai, com os cursos, com tudo. Como tu vais fazer? E a correria... E tinha que dar a resposta daí a 48 horas. E a comunidade disse: “Não temos como fazer.” Porque eles foram na prefeitura e o prefeito ficou lá se cuspiendo... Desculpe, mas é assim. Ficou lá dizendo... O prefeito tem um projeto para a reforma lá no pavilhão onde eles fazem as festas, e publicamente ele disse num evento que o Kuenda fez na cidade, o prefeito foi lá e abriu o evento. E ele disse: “O projeto de reforma do pavilhão vai sair antes da festa, que é dia 8”. Nada feito. Se ele ouvir, vai

brigar comigo. Paciência. Mas vamos de novo para o eixo da coisa que tu estás perguntando. Essas políticas são muito frágeis, muito fracas, elas atendem ao mínimo do que necessitaria. Então como é que tu vai financiar a compra de um automóvel para uma comunidade que precisa se locomover com os doentes, uma comunidade rural, e tu não vai cobrir as outras despesas? Então a gente ficou pensando: onde é que está o furo disso? Está na falta de conhecimento, falta de entendimento da questão do negro. Eles não imaginam o que seja uma associação de quilombolas. E isso porque nós estamos assim num patamar que nós mandamos o projeto, ele é examinado, se tiver apropriado e se tiver recurso eles pagam. Tu entendes? E é um órgão onde trabalham pessoas que conhecem a questão negra, que é a Seppir. Não é a Secretaria da Justiça. A tal ponto isso vem ocorrendo... Eu te dei só um exemplo. Isso vem ocorrendo em todos os projetos que a gente tem relação. Ou então é a pressa, ou então é o formulário que é para o Brasil inteiro e você tem que preencher tudo aquilo: como é que ele faz lá no serrado... Absolutamente avesso à realidade de onde tu trabalhas. E não tem tempo para te adaptar, porque a gente propôs: “Vamos adaptar esse questionário.” Eles responderam: “Tem que ser esse aí. E tem que ser ligeiro. E o dinheiro para ir para lá não tem.” “Mas como é que nós vamos?” “Vocês têm que ir. Vocês têm que estar presente na comunidade.” “Pois é, mas são 300 km, a mais perto. E se a gente for de ônibus, depois não dá para se deslocar de lá para o interior. Tu vais para a cidade.” “Ah não. Mas isso não está previsto no projeto.” Compras coletivas no [incompreensível] Aí já estava no Ministério do Trabalho. Então o que a gente está definindo? Nós temos que buscar outros financiadores, outra forma de trabalhar. Porque não dá para deixar a comunidade com essa insatisfação, com essa frustração. Essa do automóvel foi a gota d’água. Então o Kuenda, como uma entidade que trabalha pelas beiradas do mingau do movimento até, não é uma entidade que tenha muita condição de pegar mais trabalhos e tal, luta com muita dificuldade. Não dá mais para trabalhar com órgãos públicos, apesar das políticas existirem, apesar dos ganhos. Os ganhos estão correspondendo às ansiedades lá atrás. Outro exemplo: essa questão do processo da regularização fundiária. O órgão não tem equipes que acompanham esse processo, que pressionem, que façam a coisa andar. Então fica lá. Aqui, no urbano não é tanto. O do Areal, por exemplo, já está andando mais, porque como a comunidade mora aqui, é mais visível. A visibilidade pesa. Foi um ano eleitoral. Todas as coisas, embora não sejam as mesmas secretarias, mas existe uma certa cumplicidade por parte do poder instituído de triar: “Qual nós vamos atender?”

Como nós vamos atender? Porque se não, eu te dou isso...” Tu sabes melhor do que eu. É o que eu digo, são os vícios do sistema que os militantes pegam. Entram por essas brechas. E a gente está correndo disso, não queremos. Então essa é assim uma avaliação muito restrita. Não é uma avaliação competente. Mas é o que eu sinto, e que a gente está vendo que vai ter que mudar o caminho do trabalho em função disso. Então na ponta da corda essa política não funciona. Essa lei de incluir é uma disciplina que deve ser... Ou há uma transversalidade...

A.P. – É porque a LDB não permite que seja disciplina. Então é conteúdo a ser inserido na grade curricular.

H.M. – Desculpe. Mas quem vai ministrar, quem vai capacitar? Eu sei porque a Smed daqui está com o mesmo problema. A gente já discutiu bastante isso na Secretaria do município. Precisaria sim de uma ação política desvairada, eu nem sei em que situação. Mas essa minha visão eu devo muito àquela gestão da Marilena Chauí, porque quando ela fez um congresso internacional de patrimônio que foi *Direito a memória*, alguma coisa assim, eu disse: “Meu Deus, isso aqui tem tudo a ver conosco.” E isso foi na década de 80, foi quando eu estava no Mercado. É por isso que eu digo que as minhas ações, ou o que eu aprendo, o que eu conheço na área de trabalho, que antes era arquitetura, hoje eu já não sei mais o nome... Quando dizem: “Tu é arquiteta?” Eu digo: “É, eu fui, eu estava arquiteta.” É claro que o vizinho está aqui e eu estou dando uma mão para ele, ou um outro parente, claro, a gente trabalha. Mas como meu trabalho central? Nem sei te dizer. Às vezes eu tenho que estudar história seguidamente, tenho que estudar para estar conversando com os quilombolas, porque eles te dão um baile. Coisa boa... O que eu aprendo com eles então, não se tem conta. Tu fizeste uma outra pergunta.

H.M. – Essa vivência com os quilombolas acabou agregando conhecimentos musicais também? Você já trabalha com música há bastante tempo.

A.P. – A ponto de, agora, o meu projeto... Eu estou lançando aqui em primeira mão, em *off*... É trabalhar com jongos. A gente já trabalhou com jongo no grupo Coisapreta. Só que o Coisapreta não incentivou mais, não alimentou esse canal aí da música

instrumental de raiz, buscando a ancestralidade e trabalhando com os próprios quilombolas. Eu danço com eles lá o quicumbi em Rio Pardo. Meu Deus! Agora nós vamos fazer de novo uma oficina sobre isso com eles. Mas eu sou fissurada. E tu sabes que eu estava pensando, em função desse convite para conversar, que influências eu tive para no fim...? Porque no Coisapreta eu que brigava também. Eu fiz com a Marisa a pesquisa dos jongs, tenho tudo bem arquivadinho, organizado, as matérias das nossas pesquisas, do nosso trabalho, do que apresentamos com o jongo, e queria andar um passo adiante disso aí: aprimorar, fazer um instrumental melhor, que instrumentos são... Porque para tocar, para trabalhar com jongo e não ser uma releitura – que eu não gosto muito desse nome – tu tem que ter uma equipe que vivencie isso de novo, que conheça para poder sentir, e que vá a campo também. Mas eu estava vendo assim: meu pai escutava Jackson do Pandeiro, Araci de Almeida, ele já era alternativo para a época dele. E o som era esse desde os três anos. Ele tocava flauta transversa. Quando eu nasci ele vendeu a flauta, porque senão não dava para pagar as despesas do parto nem as despesas com o neném. Ele tocava chorinho num grupo pequeno de chorinho. Mas eu acho que foi influência dele, porque ele chegou a me dar um violão quando eu tinha uns dez anos, eu morava lá em cima. Aí o professor disse: “agora tu tens que estudar três horas por dia.” Aí não deu mais, porque eu tinha que estudar, a minha mãe achou também que podia atrapalhar porque eu ficava muito envolvida. Eu realmente gostava muito. Mas desde bem pequena lá em casa era tudo muito musical. Mais em função do pai. A mãe era o piano, era a coisa mais... Não era um piano “negro”, porque tu podes tocar qualquer instrumento, até violino, mas tem que dar o que tu está sentindo de negro. Mas foi isso...

A.P. – Eu achei muito bom. Que falta de memória é essa que eu não vi? Pelo contrário, tem uma memória mais do que viva, pulsante. Muita coisa interessante. Gostei muito. Você tem mais alguma coisa que queira deixar registrado, que você queira falar?

H.M. – A pergunta que tu me fizestes eu vou levar para casa, vou pensar. Mas tem um outro aspecto que eu quero falar sim. Sabe qual é o sentimento que eu tenho? É que está posto para nós do movimento negro uma tarefa muito maior e a gente ainda não pôde responder, não pôde alcançar, não pôde tocar nessa responsabilidade maior, eu estou falando em termos de Brasil: de unificar lutas, de disseminar solidariedade, de trabalhar

através da ancestralidade, e que não é só ir para uma casa de religião, não é só fazer o batuque, mas é ver o sentido do batuque para a sua vida hoje e observar isso. Enfim, a área cultural para mim é o manancial de uma nova sociedade para nós, de uma saída para nós. E isso eu estou vendo muito distante. Eu acho que o movimento negro como tal, como a gente chama aí “movimento negro”, uma coisa muito mais abrangente do que os grupos organizados, mas eu não vejo muito próximo. É um trabalho tão pequeno, tão de formiguinha, e sempre a avalanche do poder instituído é tão maior, a ponto de a gente considerar que são ganhos. Eu não considero nem ganhos essa questão, a questão das cotas... E não é negar nem as cotas nem a lei que inclui história e cultura afro-brasileira – tem que ver que afro, que brasileira, tudo isso tinha que ser... –, mas não é eliminar isso, não é! Mas a faísca não foi detonada ainda. Para mim não foi. O MNU parecia que era. Não sei. E essa globalização, meu Deus, o Milton Santos está vivo, o Milton Santos sabia tudo. O que ele disse não dá nem para a gente repetir, é aterrador, é de arrepiar. A resposta dele para esse tipo de perspectiva é violência, muita violência. E o nosso jeitinho, a nossa morenidade, a nossa democracia, não deixa. Mas a gente vai com muita força sempre. Agora nós estamos ansiosas para começar esse trabalho. São dois quilombos. E esse aqui do Areal, é importante referir, que ele é um emblema para Porto Alegre. Porque o Silva é uma família, então ele se reveste de características completamente diversas. Então não dá para botar, um é o primeiro, o outro é o... Não. São diferentes. E esse quilombo aqui que tu vai ter oportunidade de conhecer – tomara que tu voltes aqui que eu vou lá contigo –, é uma avenida que se chama Luiz Guaranha, a última avenida de quando lotearam essa parte baixa da cidade. E lotearam porque os negros e os pobres foram expulsos da área da cidade, por quê? Higienizar, impostos etc. Então, todos aqueles becos: beco do Fanha, beco do Mijo, fecharam os becos: “Higieniza, limpa, tira essa população daí.” E eles desceram todos para cá. E os donos das terras construía casinhas de madeiras, uma do lado da outra. Eram as avenidas. A última que resta é a avenida Guaranha. Ela deve ter uns 200 metros, nem isso. E tem trabalho de história ali em cima comprovando, trabalho de pesquisa em registros de terras, de propriedade, e que os filhos de escravos, ex-escravos pobres, vinham para ali. E é um berço da veia musical de Porto Alegre. O Leco, Néri Caveira, já mortos, mas que tiveram projeção nacional como músicos, eram dali. Mas é isso. Tudo isso a gente está trabalhando também com eles e está querendo trabalhar nesse projeto. Vamos ver

se vinga lá, se sai de Brasília. O negócio é a “casinha” lá, como é que dizem, a ilha encantada. E o material que eu vou te mostrar agora.

A.P. – Está ótimo. Quero lhe agradecer: muito obrigado. Foi ótima a entrevista, foi maravilhosa.

H.M. – Tu que é maravilhoso. Estudioso, aplicado, olha... Tu não sabe como eu admiro as pessoas que... Bom, tu é um guri. Mas quando é mais velho e continua... Mas pelo jeito tu vai ser um, vai seguir sempre. E tu também és entusiasmado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

i

ⁱ A entrevistada enviou, por e-mail, em 12/12/2006, essas reflexões que considerou relevantes.

“Sobre os temas da entrevista ficaram algumas preocupações que passo a te relatar.
Considerações:

Passadas as fases do Grupo Palmares, Revista Tição, Afro-Latino, Muntu, Coisapreta, Projeto Pé no Chão e MNU, acredito que não ficaram evidentes as amarrações da questão negra, com as questões memória, direitos, patrimônio cultural material e imaterial e cidadania.

À medida que essas áreas do conhecimento foram entrando em minha vida (mudanças, redirecionamentos profissionais), ocorria sua direta influência em minhas convicções e especialmente nas práticas desenvolvidas no âmbito do que se convencionou chamar de Movimento Negro.

Na verdade esse é, a meu ver, o único aspecto de meu percurso que pode interessar: como as ações levadas a efeito enquanto “servidora pública” somavam-se à experiência do movimento social, com sistemáticas análises críticas de parte a parte, vindo a compor, desde o final da década de 80, propostas de encaminhamento para a questão negra através basicamente da via - expressão cultural-, utilizando-se, obviamente, o conceito antropológico de cultura, conceito abrangente inter e multidisciplinar, de resultados (e ações) a longo prazo.

É claro que com esse princípio aplicado a projetos desenvolvidos por instituições públicas ou financiados por órgãos públicos, podíamos apenas tangenciar os nossos objetivos que são de desvendar identidades e memórias, firmar a auto-estima e impulsionar o auto-desenvolvimento de todos os participantes nos processos (cidadania).

Isso ocorreu por quase uma década, com ações de peso como a Semana da Consciência Negra, projetos inovadores como o Centro de Referência Afro-Brasileiro (CRAB), e provocadores como o Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre (Programa Monumenta).

Hoje nos (con)centramos (fogo) na questão quilombola, especialmente no Quilombo Rincão dos Negros, no Quilombo do Areal (urbano, em Porto Alegre), e nos quilombos Pederneiras e Cruz Alta (Rio Pardo). Ufa! Isso tudo eu precisava ter colocado antes ou na entrevista (!).”